

“Insinância das Damas”: Educação e literacia femininas na corte portuguesa de Quatrocentos

Maria Barreto Dávila

CHAM - Centro de Humanidades
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade Nova de Lisboa
• mariabarretodavila@gmail.com

DOI [https://doi.org/10.34913/
journals/lingualugar.2021.e709](https://doi.org/10.34913/journals/lingualugar.2021.e709)

A corte portuguesa foi uma das primeiras a traduzir a obra de Christine de Pizan, *Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames*. Segundo a tradição, a tradução para português foi ordenada pela rainha D. Isabel de Coimbra, c. 1446-1455, mas o livro terá chegado à corte anos antes, enviado por Isabel, duquesa da Borgonha. Intitulado *Livro das Tres Vertudes A Insinança das Damas* este é o único livro sobre a educação das mulheres a circular na corte portuguesa neste período. A mesma obra seria impressa no início do século XVI, com patrocínio da rainha D. Leonor. Estas duas edições desta obra são paradigmáticas de um modelo de educação e mecenato femininos praticados na corte. Neste artigo analisarei como as mulheres da alta aristocracia estiveram envolvidas na leitura, escrita, posse e edição de livros, actuando como agentes de mudança cultural na corte portuguesa.

Palavras-chave: História das Mulheres; Livraria; Mecenato; Escrita.



La cour portugaise a été l'une des premières à traduire l'œuvre de Christine de Pizan, Livre des Trois Vertus ou Trésor de la Cité des Dames. Selon la tradition, la traduction portugaise a été ordonnée par la reine Isabel de Coimbra, c. 1446-1455, mais le livre serait parvenu au sein de la cour des années avant, envoyé par Isabelle, duchesse de Bourgogne. Intitulé Livro das Tres Vertudes A Insinança das Damas (Livre de Trois Vertus L'enseignement des Dames) c'est le seul livre sur l'éducation des femmes à circuler dans la cour portugaise à cette époque. La même œuvre sera imprimée au début du XVI^e siècle, parrainée par la reine Eleanor. Les deux éditions de cette œuvre sont paradigmatiques d'un modèle d'éducation et

de mécénat féminins pratiqués à la cour. Dans cet article, je vais analyser comment les femmes de la haute aristocratie ont été impliquées dans la lecture, l'écriture, la possession et l'édition de livres, et agissent comme sources de changement culturel dans la cour portugaise.

Mots-clés: *Histoire des femmes; Librairie; Mécénat; Écriture.*

Os infantes de Avis, filhos da nova dinastia fundada por D. João I de Portugal em finais do século XIV, dedicavam-se à escrita de tratados, à poesia e até à tradução, e possuíam um grande interesse por música, ciência, astrologia, entre outros assuntos. Eram príncipes letrados, que sabiam diversos idiomas, como o latim, por exemplo, mas que também se dedicavam à aprendizagem da caça e da montaria (Monteiro, 1988). As mulheres de que falaremos ao longo deste artigo cresceram, justamente, nesta corte. Sendo mulheres, teriam aprendido, para além de ler e escrever em português e talvez nalgum outro idioma como o latim ou o francês, a coser e a bordar, atividades que desenvolveriam ao longo de toda a vida. No entanto, estas infantas tinham sido sobretudo preparadas para se tornarem rainhas ou grandes damas da nobreza. Nesse sentido, era necessário que estivessem a par dos assuntos políticos mais relevantes e aptas para gerir e administrar grandes casas senhoriais, de modo a poderem auxiliar os seus futuros maridos no governo das suas casas e/ou dos seus reinos.

O destino destas jovens aristocratas era casar ou com um rei, ou com um membro da alta nobreza, e a sua educação refletia-o. As infantas foram, portanto, alvo de uma instrução cuidada, que lhes permitiria cumprir as funções sociais a que estavam votadas. Educadas segundo os preceitos morais impostos pela doutrina cristã, tais como a humildade e a obediência, estas infantas tinham sido preparadas para se tornarem mulheres pias, leais e devotas aos seus maridos (Segura Graiño, 2007). A corte portuguesa deste período era uma corte extremamente instruída, o que muito se devia à educação dada aos infantes pela fundadora da dinastia, a rainha inglesa D. Filipa de Lencastre (Silva, 2009).

Não obstante desconhecermos o percurso educativo destas infantas portuguesas. Tal como a maioria das mulheres nobres que viveram na Baixa Idade Média, deverão ter sido educadas num primeiro momento pela sua progenitora e respetivas damas e, numa segunda fase, por um eventual mestre, muito provavelmente o mesmo dos irmãos, já que não há praticamente referências a mestres para as raparigas e, muito menos, à existência de perceptoras ou mulheres sábias na corte quatrocentista portuguesa.

A primeira destas infantas é D. Isabel (1397-1471), a futura duquesa da Borgonha, única filha dos reis D. João I e D. Filipa de Lencastre. Isabel deverá ter tido uma educação similar à dos irmãos Duarte, Pedro, Henrique, João e Fernando, ainda que com algumas singularidades, pelo facto de ser rapariga. Segundo Luís Miguel Duarte, autor da biografia do rei D. Duarte, “todos os infantes leem muito e escrevem com extrema desenvoltura” (Duarte, 2005, p. 35). Apesar de não incluir neste grupo a infanta D. Isabel, a verdade, é que ela se vai destacar na vida política e cultural do seu novo ducado. A infanta de Portugal casou com Filipe III, duque da Borgonha, em 1430, e teve um importante papel na gestão do ducado, sobretudo durante as ausências do seu marido, demonstrando que tinha sido educada e preparada para tal (Somme, 1998). Ainda em Portugal, Isabel tinha assumido a administração da Casa da Rainha após a morte da mãe, D. Filipa de Lencastre, em 1415 (Antunes, 2012 e Silva, 2013). Mesmo depois da sua ida para a Borgonha, iria manter uma estreita relação com o reino de origem, onde tinha vivido 30 anos, e com os seus familiares mais próximos (Paviot, 1995).

A educação dos infantes de Avis deveu-se, em grande parte, ao ambiente cultural e religioso da corte dos pais. Aliás, é o próprio rei D. Duarte (1391-1438) quem afirma que “E nos havemos por muito bem-aventurados, além da honra e proveito, por havermos tão virtuosos Padre e Madre por senhores, dos quais recebemos nossa principal ensinaça” (D. Duarte, 1982a, p. 429). Apesar de nesta altura não existirem ainda livros específicos para a educação das mulheres na corte portuguesa, a rainha D. Filipa de Lencastre é usada como o modelo máximo a seguir (Silva, 2014, p. 161). D. Duarte foi aliás o autor da obra mais próxima de um espelho de príncipes produzida no Portugal quatrocentista, o *Leal Conselheiro*, um livro “feito principalmente para senhores e gentes de suas casas”. No entanto, esta obra foca-se em temas também respeitantes às mulheres, como a lealdade, o amor, a amizade e a devoção, e teve como principal instigadora a rainha D. Leonor de Aragão. É o próprio D. Duarte quem o afirma no prólogo: “Muito prezada e amada Rainha Senhora: vós me

requerestes que juntamente vos mandasse escrever algumas coisas que havia escritas para bom regimento de nossas consciências e vontades” (D. Duarte, 1982a, p. 1).

No entanto, é no seu caderno de apontamentos, que levava consigo para todo o lado, hoje conhecido como o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte*, que o rei afirma que D. Filipa de Lencastre deveria ser um exemplo para todas as mulheres por haver manifestado a necessidade “de amarem seus maridos e lhes guardarem direita lealdade” (D. Duarte, 1982b, p. 237).

Seguindo o exemplo da geração anterior, também as netas da rainha D. Filipa de Lencastre tiveram uma educação cuidada. O futuro cardeal de Alpedrinha, D. Jorge da Costa, então cónego da Catedral de Lisboa, foi nomeado mestre da infanta D. Catarina (1436-1463), filha de D. Duarte e de D. Leonor de Aragão, em 1454. Nesse mesmo ano, D. Jorge da Costa adquiriu para a educação dela e da sua irmã D. Joana (1439-1475), futura rainha de Castela, dois livros de gramática e um breviário para que elas pudessem orar (Beceiro Pita, 2016). D. Catarina é um dos vários exemplos de infantas portuguesas que, não tendo casado, abraçaram a vida religiosa. D. Catarina optou por tomar votos no convento de Santa Clara, em Lisboa, onde se destacou como intelectual, dedicando-se à escrita, mas sobretudo à tradução de obras de latim para português (Frade, 2016).

A entrada para o convento oferecia a estas mulheres da elite um espaço privilegiado para se dedicarem à escrita, leitura e tradução de obras de cariz moral e religioso (Beceiro Pita, 2016, p. 332). Na corte portuguesa, algumas das filhas mais novas dos infantes são reservadas à vida religiosa, normalmente por falta de pretendentes à altura. É o caso da infanta D. Catarina, de quem já falámos, mas também de D. Filipa, senhora de Almada, filha do infante D. Fernando e de algumas filhas do 2º duque de Bragança. A infanta D. Joana, filha de D. Afonso V, quis tomar votos mesmo contra a vontade paterna.

Contudo, o mais comum é que estas mulheres optem por viver paredes meias com um convento ou mosteiro (normalmente da sua fundação) quando ficam viúvas, casos da infanta D. Beatriz, filha do infante D. João, e das suas filhas, a rainha D. Leonor de Lencastre e D. Isabel, a duquesa de Bragança.

Já D. Filipa de Coimbra (1437-1497), filha do infante D. Pedro e de D. Isabel de Urgel, parece ter sido das poucas infantas solteiras a optar por esta

situação, facto que levou muitos a considerar que a infanta tinha tomado votos, o que nunca chegou a fazer.

D. Filipa foi também educada no ambiente cultural da corte, pois após a morte do pai em 1449, na sequência da batalha de Alfarrobeira, integra a casa da sua irmã mais velha, a rainha D. Isabel de Coimbra (1432-1455).

Após a morte da irmã, em 1455, e como não havia casado, D. Filipa manteve-se na corte, assumindo uma posição central na educação dos sobrinhos, a infanta D. Joana e o príncipe D. João, com quem, aliás, manteria uma relação muito próxima até ao final da sua vida (Vicente, 2018).

A infanta D. Filipa foi uma prolífera escritora, conhecida por ser a autora de várias obras de teor moral e religioso, como as *Nove Estações ou Meditações da Paixão mui devotas para os que visitão as igrejas Quinta-feira de Endoenças. Livro de Devoções*, e até mesmo de alguns conselhos políticos dedicados ao rei D. João II, que por ela fora educado nas primeiras letras.¹

¹ D. Filipa de Coimbra, "Conselho e voto sobre as terçarias e guerras de Castela". Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Gaveta 25, mc. 4, nº 16, p. 1483.

Na corte, estas infantas deveriam ter acesso à livraria real que continha livros de patrística, filosofia, liturgia, devoção, mas também o *liuro das trouas d el rey dom denjs*, alguns romances de cavalaria, como *O Livro de Tristão*, e *O Amante*, uma tradução da *Confessio Amantis*, de John Gower (Buescu, 2010, pp. 53-81). Apesar de já existir uma listagem da livraria real para o reinado de D. Duarte (D. Duarte, 1982b, pp. 206-208), que Manuela Santos Silva defende que deverá ter sido, em parte, herdada dos seus pais (Silva, 2014, pp. 168-171), foi o seu filho, D. Afonso V, "o primeiro rei destes Reinos que ajuntou bons livros e fez livraria em seus paços" (Pina, 1977, cap. CCXIII). O rol de livros de D. Duarte tinha oitenta e quatro obras e o do seu irmão mais novo, D. Fernando, tinha trinta e duas. São bibliotecas em consonância com outras da época, mas com números parcos quando comparados com os 900 códices identificados na excepcional biblioteca do cunhado de ambos, Filipe, o Bom, duque da Borgonha. Foi, aliás, esta ligação à Borgonha, através da infanta D. Isabel que permitiu que a corte portuguesa tivesse acesso aos livros que circulavam nas outras cortes europeias.

O mecenato literário foi uma das maneiras que estas mulheres encontram para aumentar a sua autoridade, e as obras que escolheram não foram por acaso. Há, naturalmente, questões de gosto pessoal que explicam a promoção e o apoio de obras e autores específicos. No entanto, os livros tendem a representar uma imagem de poder, como foi frisado por Joana Ramôa Melo na sua análise da presença de livros nas efígies femininas na Catedral de Lisboa

posicionado de forma a sugerir a leitura, o livro claramente significava ser um elemento-chave para retratar a identidade dessas mulheres, traduzida numa imagem de poder: o poder de possuir livros; o poder de lidar diretamente com o texto sagrado (Melo, 2019, p. 16).²

Os livros são também uma forma de transmitir cultura. A rainha D. Filipa de Lencastre, grande promotora da cultura inglesa na corte, deverá ter encomendado a Robert Payn, cónego da Catedral de Lisboa e familiar de um dos escrivães da puridade da rainha a tradução do *Confessio Amantis*, de John Gower para português (Beceiro Pita, 2016, pp. 337-38). Ainda que não tenhamos prova de ter sido a rainha a mandatária desta tradução, a verdade é que o livro integrava a biblioteca do seu filho, o rei D. Duarte, com o título *O Amante*. Esta obra tornou-se muito popular entre a elite portuguesa da altura, conservando-se ainda um exemplar manuscrito produzido em Ceuta, em 1430, sob encomenda de um nobre, D. Fernando de Castro, o moço, e que atualmente se encontra na Real Biblioteca de Madrid.³ A receção desta obra inglesa em Portugal é demonstrativa do papel cultural que as infantas e rainhas que se casavam com príncipes estrangeiros podiam desempenhar entre o seu reino de origem e o seu novo reino.

Como vimos, foi a presença de D. Isabel, duquesa de Borgonha, no centro da Europa, que permitiu à periférica corte portuguesa adquirir obras muito relevantes e que já circulavam em outras cortes europeias. Muito provavelmente terá sido ela a responsável pela introdução da *Vita Christi* em Portugal. De acordo com Augusto Aires do Nascimento, a tradução deste trabalho em linguagem vernácula foi uma tarefa em que vários membros da família real participaram, incluindo D. Duarte, exímio escritor e tradutor, e algumas rainhas e infantas portuguesas (Nascimento, 2001). Foi, verdadeiramente, uma atividade familiar levada a cabo no ambiente cortesão. Não se sabe ao certo quem a fez e em que altura foi feita a

² A tradução é minha. "Positioned in a way to suggest reading, the book is clearly meant to be a key element for portraying these women's identity, translated into an image of power: the power of owning books; the power of dealing directly with the sacred text" (Melo, 2019, p. 16).

³ Real Biblioteca de Madrid, II/3088.

tradução. No entanto, sabe-se que o livro integrava a biblioteca de D. Duarte e que à data da sua morte, em 1438, já estaria praticamente todo vertido para português.

Contudo, existiam mais cópias da obra a circular na corte portuguesa. Em 1444, D. Isabel de Urgel (1409-1470), a duquesa de Coimbra, ordenou uma cópia da versão latina original a um de seus moços de câmara. Esta cópia poderá ter passado para sua filha, a rainha D. Isabel de Coimbra, e, posteriormente, para a rainha D. Leonor, sua nora, que foi responsável pela edição impressa deste livro em 1495, como veremos.

Foi também na corte que as infantas D. Catarina e D. Filipa, primas, colaboraram na tradução da obra *Vida e doutrina do bemaventurado Lourenço Justiniano primeiro patriarca de Veneza*.⁴ Esta colaboração deverá ter ocorrido na década de 1450.

⁴ AANTT, Manuscritos da Livraria, 513.

⁵ Biblioteca Nacional de Madrid (BNM), Ms. 11515.

⁶ BNM, Ms. 11515, fl. 1 (transcrição minha).

A tradução do trabalho de Christine de Pizan também foi uma ação conjunta entre várias mulheres, desta feita, entre a duquesa da Borgonha, a rainha D. Isabel e sua nora, a rainha D. Leonor. A duquesa foi provavelmente a pessoa que enviou a obra de Christine para sua sobrinha, a rainha D. Isabel, que a terá mandado traduzir em linguagem vernácula, presumivelmente logo após o seu casamento em 1446. Este livro, agora na Biblioteca Nacional de Madrid,⁵ afirma aos seus leitores que o seu principal objetivo era fornecer um manual de comportamento para a comitiva feminina da rainha. Várias décadas depois, em 1518, o livro seria impresso pela rainha D. Leonor.

Maria de Lurdes Crispim, que estudou o manuscrito de Madrid, diz ter algumas dúvidas acerca de quem terá sido responsável da tradução para português, levantando também a hipótese de que o livro tenha sido traduzido na Borgonha, a expensas da duquesa D. Isabel (Pizan, 2002). O que sabemos é que o livro foi traduzido por iniciativa feminina e que o prólogo do manuscrito madrileno começa precisamente com uma referência à rainha D. Isabel:

Aqui se começa o Livro das Tres Vertudes a Insinança das Damas. [...] O qual livro foy tomado de françes em esta nossa linguagem portugues, per mandado da muyto exçilente e comprida de muitas vertudes Senhora, a Rainha Dona Jsabel.⁶

Aliás, é muito provável que as mulheres da corte desta geração estivessem familiarizadas com a obra em questão, uma influência que se infere no seu

carácter e acções, próximos daquilo que é descrito pela autora (Correia, 2013). Para Pizan, as mulheres deviam estar preparadas para governar as suas Casas e as suas terras e deveriam tomar parte no conselho dos seus maridos, pois podiam ter de os substituir a qualquer momento. Trata-se, no entanto, de uma mera hipótese acerca dos modelos educativos femininos adotados na corte já que, como afirmámos anteriormente, não há qualquer notícia acerca destas infantas.

Estranhamente entre as listas de livros dos infantes de Avis que chegaram aos nossos dias, não há notícia de livros em francês, que seria o idioma que D. Filipa de Lencastre melhor dominaria, e o que usava para se corresponder com os seus parentes ingleses. No entanto, a maioria dos infantes e infantas portugueses deveriam estar familiarizados com o idioma, até porque de outra forma, a duquesa de Borgonha não teria enviado a obra de Pizan. Há notícia de que D. Filipa de Coimbra se encontrava a traduzir uma obra do francês, embora com alguma delonga, no final da sua vida (Brandão, 1643).

Também não há notícia de que D. Leonor, irmã de D. Afonso V e imperatriz da Alemanha, tenha enviado obras para Portugal. Sabemos, no entanto, que a imperatriz encomendou uma cópia sumptuosa da obra do Papa Pio II *De Liberarum Educatione* para o seu filho, o futuro imperador Maximiliano I. Esta cópia foi feita por um escrivão austríaco, mas iluminada de acordo com as novas tendências artísticas italianas (Bell, 1982, p. 757).

Apesar de terem chegado até nós algumas notícias acerca dos livros que estas mulheres escreveram e patrocinaram, são muito poucas as listas dos livros que elas possuíam. Conhecemos alguns deles através de inventários *post mortem*, de testamentos e de doações feitas a instituições religiosas e a privados, mas a informação é normalmente parca e dificulta análises comparativas.

Sabemos, por exemplo, que no seu segundo testamento (que está incompleto), a rainha D. Isabel de Coimbra encomendava a construção de um mosteiro dedicado a S. João Evangelista, da Ordem de Santo Elói, ao qual deixaria “todas as outras minhas Relíquias, e hu dos meus misaes, e o meu breviário novo, e os dous livros dos autos dos Apostolos, e dos Evangelistas” (Sousa, 1946, II, p. 43).

Uma destas listagens de livros realizada num inventário *post mortem* (Freire, 1914) pertence à infanta D. Beatriz de Portugal (1429-1506), duquesa de Viseu e Beja, mãe do rei Manuel I e da rainha D. Leonor, e prima da rainha D. Isabel de Coimbra e das infantas D. Catarina e D. Filipa (Dávila, 2019).

É, para este período, a lista mais completa que temos para uma livraria feminina, composta por cerca de trinta entradas respeitantes a livros, que correspondem a cerca de quarenta e dois ou quarenta e três volumes, na sua grande maioria livros litúrgicos, auxiliares do serviço religioso da capela privada da infanta. O modo como estão descritos impossibilita, na maioria das vezes, a sua identificação, pois não são mencionados títulos, autores ou editores.⁷ A sua enumeração cinge-se à atribuição de um pequeno título identificativo do tipo de livro, a uma descrição dos materiais utilizados, do estado de conservação e da encadernação, à indicação de se são manuscritos ou impressos e, por vezes, do seu valor fiduciário. Neste sentido, não nos é possível aferir os hábitos de leitura da infanta através da sua biblioteca. Sabemos que lia e escrevia, que a maioria dos seus livros era de temática religiosa e que tinha uma caixinha onde guardava os seus óculos, muito possivelmente para a auxiliarem nas suas leituras.⁸

⁷ Para uma listagem e respetiva identificação dos livros pertencentes à infanta D. Beatriz consulte-se a tabela no final deste artigo.

⁸ Os óculos, como auxiliares de leitura ou de trabalhos mais minuciosos, começaram a ser utilizados no século XIII mas foi apenas em meados do século XV que foram introduzidas as lentes côncavas que permitiram às pessoas com miopia continuarem a ler (Bell, 1982, p. 746).

Contrariamente aos restantes objetos descritos no inventário, os livros surgem quase sempre referidos no momento da sua entrega ao destinatário final, o que impossibilita associá-los fisicamente a um espaço específico do paço da infanta. Pela sua tipologia, podemos partir do pressuposto de que a maioria destes volumes integraria a capela pessoal de D. Beatriz, e de que os restantes, pelo seu valor e importância, se encontrariam na sua câmara ou guarda-roupa. Mas temos outros indícios disto: D. Manuel I refere um missal de pena que servia pelas festas na capela de D. Beatriz e que a infanta queria doar ao mosteiro de Nossa Senhora da Conceição, e é mencionado um arcaz em que estavam os livros, o qual se guardava na sacristia, e que valia 300 reais. Claro que os livros mais valiosos estariam na guarda-roupa/câmara da infanta, numa das arcas que continha os objetos da capela. Há, depois, algumas referências a estantes de coro e da capela, mas não à existência de uma livraria ou biblioteca. Como acontecia com quase todos os outros objetos pertencentes à infanta, os livros eram guardados em arcas, normalmente forradas, como

a que foi entregue a Nuno Velho, contador das compras da casa ducal, para que guardasse os seus livros e os desembargos das contas.

Considerando que todos os livros foram doados, só uma parte foi alvo de avaliação monetária. Esta parte terá correspondido aos mais valiosos, ainda que os valores oscilem muito, dado que vão dos 150 reais a mais de 15.000 reais. Devido à riqueza dos materiais usados, bem como ao intrincado nível do trabalho artesanal, algumas capas dos livros da infanta são também consideradas verdadeiras joias, o que tem evidentes repercussões no montante final que lhes é atribuído. Entre eles está um dos objetos mais valiosos do inventário, só ultrapassado por algumas peças de aparato da infanta. Trata-se de um livro Diurnal, de letra de forma, coberto de veludo preto, com doze chapas de ouro esmaltado de roxo, cré, pardo verde e branco, que foi avaliado em 40 cruzados, isto é, 15.600 reais, metido num guardanapo com lavoires de seda nos cabos, e um bolso de veludo preto forrado de cetim encarnado, guarnecido de ouro e preto.

Nesta livraria, os livros mais valiosos têm, normalmente uma funda própria, que protegia as capas trabalhadas, com insígnias e metais preciosos. Os restantes têm encadernações de couro, que vai variando de cor, havendo capas vermelhas, pretas, roxas e brancas. Há também livros encadernados em pelo de carneiro e couro de veado. Estas capas têm, por vezes, algumas aplicações em ouro ou prata. Oito livros são descritos como sendo de pergaminho e apenas três em papel.

O livro mais valioso da infanta D. Beatriz é um incunábulo. Todavia, os livros impressos não são a maioria, como é fácil de supor dado que a infanta morreu em 1506. São sete os livros descritos como “de letra de forma”. Dentro destes livros impressos há dois descritos como velhos: um missal de letra de forma, velho e roto em partes, com a sua funda de chamalote azul; um breviário de forma, velho, em papel, coberto de couro preto, o que nos leva a concluir que a infanta D. Beatriz tenha abraçado desde o primeiro momento a novidade da imprensa, algo a que, como veremos, a sua filha D. Leonor dedicou particular atenção.

Os restantes livros descritos no inventário da infanta são todos manuscritos. “letra de pena” é a expressão mais utilizada para os descrever, ainda que também se use a expressão “letra de mão”. Entre estes, apenas três são livros iluminados.

Apesar de a infanta D. Beatriz ter abraçado esta novidade da imprensa, e de os livros impressos ocuparem um lugar de relevo na sua livraria, estes estão, neste início do século XVI, longe de destronar a cultura dos livros manuscritos.

A temática, de natureza devocional, é uma constante da livraria da infanta D. Beatriz. Nesta altura, esta elite aristocrática portuguesa assume uma relação mais direta com o divino, deixando de ter sempre a igreja como intermediária (Buescu, 2010, p. 39). E no inventário da infanta D. Beatriz isto é visível nos seus livros, mas também nos relicários que possui, transformados em joias para uso pessoal, que se podiam transportar junto ao corpo, exemplo de alguns dos seus relicários adaptados a colares.

Alguns destes livros pertencentes à infanta D. Beatriz, sobretudo os impressos, poderão ter sido ofertados pela sua filha, a rainha D. Leonor que foi uma das impulsionadoras da imprensa em Portugal. Os restantes deverão ter sido adquiridos pela própria infanta. Sabemos que na altura da sua morte a infanta tinha encomendado a Garcia de Galez um saltério apontado para a sua capela, no valor de 3.000 reais.

Após a sua morte, os livros da infanta D. Beatriz tiveram três destinatários, o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja, o mosteiro de Santo António da Vila de Beja e o rei D. Manuel I, que parece ter adquirido os livros mais valiosos da mãe. A doação dos livros seguia instruções específicas deixadas pela própria, como refere D. Manuel I a Antão de Oliveira, dizendo “dos livros que ficaram da dita senhora fareis entregar à abadessa do dito mosteiro e ao vigário de Santo António da dita vila aqueles que vos sua Senhoria disse antes do seu falecimento, que lhe desseis” (Freire, 1914, p. 64).

A novidade da imprensa

A novidade da imprensa em Portugal teve como grande mecenas a rainha D. Leonor de Lencastre, filha da infanta D. Beatriz. Enquanto rainha-viúva de D. João II grande parte da intervenção régia de D. Leonor durante o reinado do seu irmão, D. Manuel I, far-se-ia através do mecenato religioso e literário (Sá, 2011). É neste âmbito que vai rapidamente abraçar a imprensa, que permitia produzir e divulgar as obras com muito menor custo e menos tempo de produção.

A rainha vai empenhar-se na impressão de obras traduzidas para português, facilitando assim o acesso às mesmas de uma comunidade

de leitores, mas sobretudo de leitoras, que não tinha conhecimentos de latim. Dado que as mulheres não tinham acesso à carreira eclesiástica, eram poucas as que aprendiam latim, sendo normalmente apenas ensinadas a ler e escrever em língua vulgar. Esta preocupação de rainhas e infantas em traduzir importantes obras devocionais demonstra isso mesmo (Sá, 2015).

D. Leonor, pelo contrário, tinha aprendido latim e, segundo o humanista siciliano Cataldo Parísio:

É tão grande a força do seu engenho tanto para interpretar como para ler os volumes das páginas sagradas e da língua latina, que se pensa ser, não leitora ou intérprete, mas mestre de intérpretes e leitores de obras (Sículo, 1974, p. 59).

Não podemos afirmar o mesmo acerca da sua mãe, a infanta D. Beatriz. Como vimos na sua biblioteca, D. Beatriz não tinha obras clássicas em latim, apenas os livros de oração.

A livraria da rainha D. Leonor é conhecida e está estudada (Cepeda, 1987), pois sobreviveram algumas listas dispersas dos livros da rainha, quer numa cópia do seu testamento, quer na doação que fez a uma das suas damas e, finalmente, num inventário feito no Mosteiro da Madre de Deus no ano de 1537.

Através destas listas podemos inferir que apesar de ter abraçado a modernidade da imprensa, D. Leonor preferia autores medievais e que, tal como a sua mãe, privilegiava as obras de temática religiosa. No entanto, a rainha também tinha alguns romances de cavalaria e um livro de Marco Paulo.

A rainha deverá ter deixado grande parte dos seus livros ao Mosteiro da Madre de Deus, em Lisboa, que a própria tinha fundado. Segundo o seu testamento, copiado em parte por Frei Jerónimo de Belém, a rainha deixava ao mosteiro:

todos os meus livros de latim, e os da lingoagem, e quaesquer Breviarios, diurnaes, cadernos, contemplanções, orações, quantos se acharem em minha Capella, Oratorio, arcas, todos se entreguem á Madre abadessa do dito Moesteiro; e assi lhe seja entregue o Breviario, que agora mandei fazer para rezarem por elle no Coro, o qual he de purgaminho, porque ora rezaõ os Capellães em minha Capella; e assi os livros por que me lem á mesa com todos os outros, que em minha casa acharem (Belém, 1755, p. 86).

Esta citação do testamento da rainha D. Leonor é interessante porque demonstra, como já afirmámos, que a leitura era uma prática colectiva e os livros eram lidos em voz alta. Também a mãe de D. Leonor, a infanta D. Beatriz tinha livros que lhe eram lidos durante as suas refeições.

Delmira Custódio refere que a rainha teria cerca de 313 livros (Custódio, 2018). Sabe-se, todavia, que estas listas não abarcam a totalidade dos livros da rainha D. Leonor, já que se conhecem exemplares pertencentes à rainha que aí não são referidos. É o caso de uma Bíblia em dois volumes, impressa em Basileia em 1498, atualmente na Biblioteca Nacional de Portugal,⁹ e de uma tradução castelhana da *Vita Christi*, atualmente na Biblioteca da Palácio de Vila Viçosa.¹⁰ Ambos contêm notas de pertença à rainha ameaçando de excomunhão quem se livrar deles: “Este lliuro foi da Rainha dona lianor e nom se pode dar a ninguem de todo, so pena de escomunhão por que asi se deixou que fezese em seu testamento”¹¹ e ainda “Este liuro nõ se pode dar fora sob pena d’escomunhão por que foy da rainha dona Leonor”.¹² Estas notas de posse são muito curiosas e demonstrativas da importância que as obras e a doadora das mesmas tinham no ambiente cultural do Portugal do início do século XVI.

É muito simbólico que em 1518, já no final da sua vida, a rainha D. Leonor tenha escolhido patrocinar a edição impressa da obra de Christine de Pizan, que circulava na corte desde meados do século anterior. Apesar da existência deste manuscrito em vernáculo, a rainha D. Leonor encomendou a sua própria tradução, pois esta edição de 1518 apresenta variáveis importantes, não só no título, o livro era agora chamado *Espelho de Christina*, mas também porque esta edição é uma versão menos fiel ao manuscrito francês original, apresentando diferenças na segunda parte e com uma terceira parte muito abreviada. Contrariamente ao manuscrito que se encontra na Biblioteca Nacional de Madrid, esta edição não menciona a acção da rainha no prólogo.¹³ A rainha é, todavia, mencionada pelo impressor da obra, Herman de Campos, no colofon, explicando que a obra se fez “por mandado dela muyto esclarecida reyna dona Lyanor molher do poderoso y muy magnífico rey dom Juan segundo de Portugal”.¹⁴

⁹ BNP, Inc. 71-72.

¹⁰ Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Inv. BDMII 18.

¹¹ BNP, Inc. 71-72. (transcrição minha).

¹² Museu-Biblioteca da Casa de Bragança, Inv. BDMII 18. (transcrição minha).

¹³ BNP, Res. 404 V.

¹⁴ Idem.

Este *Espelho de Christina* constituía um verdadeiro manual de princesas, com instruções específicas para a elite acerca de práticas devocionais, comportamentais e de governança. Foi este o legado que a rainha D. Leonor quis deixar para as gerações futuras, para as quais (apesar de

não ter deixado descendência) era um modelo a seguir. A sua sobrinha, D. Beatriz, duquesa de Sabóia, tinha com ela uma edição do *Espelho de Cristina* que, quiçá, tenha levado de Portugal para o seu novo ducado em 1521 (Lacarra Lanz, 2001).

Conclusão

Na corte portuguesa, a posse do livro torna-se uma parte essencial da identidade das mulheres. Ler, escrever, possuir e editar livros eram formas de agência cultural e social.

A leitura era essencialmente uma prática coletiva durante este período, uma prática de profunda devoção. Como refere Luís Miguel Duarte, os livros “eram o grande utensílio de ensino e um dos principais veículos de leitura” (Duarte, 2005, p. 200). Possuir, encomendar e escrever livros também era uma forma de essas mulheres se conectarem com o Divino e de dar um exemplo de devoção e piedade para a restante sociedade. A leitura era uma importante componente da *Devotio Moderna*. A maioria destas obras tinha o objetivo de ser lida em grupo e, nem todas as mulheres do círculo cortesão das rainhas e infantas, tinham sido educadas para compreenderem o latim. Prova disso, é a importância que estas mulheres vão dar à tradução das suas obras prediletas para linguagem, isto é, para português e, nalguns casos, para castelhano.

Como refere Isabel dos Guimarães Sá, “a devoção das rainhas, era, antes de mais performativa; elas procuravam ser o exemplo a seguir por todas as mulheres” (Sá, 2015, p. 178). O seu exemplo foi seguido, em primeiro lugar, pelas restantes mulheres da família real portuguesa, que sabiam que o mecenato era uma forma privilegiada de expressarem as suas personalidades e os seus próprios desejos e preocupações, uma vez que lhes permitia construir a sua imagem através do tempo.

Bibliografia

- Antunes, A. P. (2012). *De infanta de Portugal a duquesa de Borgonha: D. Isabel de Lencastre e Avis (1397-1429)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Beceiro Pita, I. (2016). "Poder Regio y Mecenazgo en el Occidente Peninsular". *Anuario de Estudios Medievales*, 46/1, janeiro-junho, pp. 329-360.
- Belém, Fr. J. (1755). *Chronica Seráfica da Santa Província dos Algarves da regular observância*. Lisboa: Officina de Ignácio Rodrigues.
- Bell, S. (1982). "Medieval women book owners: arbiters of lay piety and ambassadors of culture". *Signs*, vol. 7 (verão), pp. 742-768.
- Brandão, F. (1643). *Conselho, e voto da Senhora Dona Felippa filha do Infante Som Pedro, sobre as terçarias, & guerras de Castella*. Lisboa: Oficina de Lourenço de Anveres.
- Buescu, A. I. (2010). "Livros e livrarias de reis e de príncipes entre os séculos XV e XVI. Algumas notas". In: *Na corte dos reis de Portugal. Saberes, ritos e memórias*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 53-81.
- Cepeda, I. (1987). "Os Livros da Rainha D. Leonor, segundo o códice 11352 da Biblioteca Nacional, Lisboa". *Revista da Biblioteca Nacional*. Lisboa: S. 2, 2 (2), pp. 51-81.
- Correia, L. (2013). *A Insinuação das Damas: formas de poder no feminino no século XV (o caso de Isabel de Lencastre)*. Lisboa: Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à FCSH da Universidade Nova de Lisboa.
- Custódio, D. (2018). *As perfeitíssimas horas da rainha D. Leonor*. Madrid: Taberna Libreria.
- Dávila, M. (2019). *A Mulher dos Descobrimentos: D. Beatriz, Infanta de Portugal*. Lisboa: Esfera dos Livros.
- (2018) "Enxoval e casamento: a materialidade do poder familiar no enlace dos infantes D. Beatriz e D. Fernando de Portugal (c. 1447)". In: *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Coord. de A. M. Rodrigues, M. S. Silva e A. L. de Faria, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 141-168.
- Duarte, D. (1982a). *Leal Conselheiro*. Ed. de J. M. Barbosa (atualização ortográfica, int. e notas). Lisboa: INCM.
- Duarte, D., (1982b). *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte (Livro da Cartuxa)*. Ed. diplomática de J. Alves Dias. Lisboa: Estampa.
- Duarte, L. M. (2005). *D. Duarte: requiem por um rei triste*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Frade, Mafalda (2016). "Contributo para a história da tradução em Portugal: as primeiras tradutoras conhecidas". *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, 18, pp. 141-155.
- Freire, A. B. (1914). "Inventário da infanta D. Beatriz, 1507". In: *Arquivo Historico Portuguez*. Lisboa: Typ. Calçada do Cabra, vol. IX.
- Goehring, M. (2011). "Exploring the border: The Breviary of Eleanor of Portugal". In: Blick, S. e Gelfand, L. D. (eds.). *Push me, Pull me: Imaginative and Emotional Interaction in Late Medieval and Renaissance Art*. Leiden / Boston: Brill.
- Lacarra Lanz, E. (2001). "Las enseñanzas de Le Livre des trois vertus à l'enseignement des dames de Christine de Pizan y sus primeras lectoras". *Cultura Neolatina*, LXI, pp. 335-360.
- Martins, M. (1982), *Guia Geral das Horas de el rei D. Duarte*. Lisboa: Edições Brotéria.
- Melo, J. R. (2019). "Open books: performativity and mediation in elite women's effigies at Lisbon Cathedral (14th c.)". *Journal of Medieval Iberian Studies*. DOI: 10.1080/17546559.2019.1614646
- Monteiro, João Gouveia (1988). "Orientações da cultura de corte na 1ª metade do século XV (A literatura dos Príncipes de Avis)". *Vértice*, II série (Agosto), pp. 89-103.
- Nascimento, A. A. (2001), "A Vita Christi de Ludolfo de Saxónia em Português. Percursos da tradução e seu presumível responsável". *Euphrosyne*, nº 29, pp. 125-142.
- (1993). "As livrarias dos príncipes de Avis". *Biblos, Actas do Congresso Comemorativo do 6º Centenário do Infante D. Pedro*, pp. 265-287.
- Paviot, J. (1995). *Portugal et Bourgogne au XV^e Siècle*. Lisboa/Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian – Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

- Pina, R. (1977). *Crónicas*. Intr. e rev. De M. L. Almeida. Porto: Lello & Irmão.
- Pizan, C. (2002). *O Livro das Tres Vertudes ou a Insinança das Damas*. Ed. de M. L. Crispim. Lisboa: Caminho.
- Sá, I. G. (2015). "Rainhas e cultura escrita em Portugal (séculos XV-XVI)". In: *Religião e linguagem nos mundos ibéricos: identidades, vínculos sociais e instituições*. Brasil: Laboratório de Mundos Ibéricos, pp. 169-180.
- (2011). *De Princesa a Rainha-velha. Leonor de Lencastre*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Segura Graiño, C. (2007). "La educación de las mujeres en el tránsito de la Edad Media a la Modernidad". *Historia de la Educación: Revista Interuniversitaria*, 26, pp. 66-75.
- (2004). "Influencias de Isabel de Portugal em la educación y formación política de su hija Isabel I de Castilla". In: Ribot, L., Valdeón, J. e Maza, E. (eds.). *Isabel, la católica y su época: actas del Congreso Internacional*. Valladolid: Universidad de Valladolid, pp. 319-334.
- Sículo, C. P. (1974). *Duas Orações*. Ed. de M. Brandão da Silva e A. da Costa Ramalho. Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos.
- Silva, M. S. (2014). *D. Filipa de Lencastre, a rainha inglesa de Portugal*. Lisboa: Temas & Debates.
- (2013). "Isabel of Portugal: First Lady in a Kingdom without a Queen (1415-1428)". In: Woodacre, E. (ed.). *Queenship in the Mediterranean. Negotiating the Role of the Queen in the Medieval and Early Modern Eras*. New York: Palgrave MacMillan, 013, pp. 191-205.
- (2009). "Phillipa of Lancaster, Queen of Portugal (1360-1415): educator and reformer". In: Oakley-Brown, L. e Wilkinson, L. J. (eds.). *Rituals and Rhetorics of Queenship (Medieval to Early Modern)*. Dublin: Four Courts Press, pp. 37-46.
- Somme, M (1998). *Isabelle de Portugal, duchesse de Bourgogne: une femme au pouvoir au XV^e siècle*. Lille: Presses Universitaires du Septentrion.
- Sousa, A. C. (1946). *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida. vol. II.
- Vicente, M^a G. (2018), "D. Filipa - uma donzela de sangue real por casar". *Casamentos da Família Real Portuguesa. Êxitos e fracassos*. Coord. A. M. Rodrigues, M. S. Silva e A. L. de Faria, vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 111-139.

Listagem dos livros descritos no inventário *post mortem* da infanta D. Beatriz, 1507¹⁵

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|--|------------|--|--|
| Um missal impresso, velho e roto, com uma funda de azul. <i>Hum livro misall de letra de forma, velho e rroto em partes, com sua fumda de chamalote azull</i> - 1 peça. | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um missal manuscrito, que pertencera ao infante D. João, em pergaminho. <i>Hum livro missal de letra de pena, que foy do Ifamte dom Joham, de purguaminho</i> - 1 peça. | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | Missal que tinha pertencido ao pai da infanta D. Beatriz, o infante D. João. É possivelmente o mesmo missal identificado na lista do enxoval da infanta D. Beatriz (Dávila, 2018). |
| Um missal, manuscrito, em pergaminho, coberto de couro vermelho. <i>Hum missal de letra de pena em purguaminho, cuberto de coyro vermelho</i> - 1 peça. | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um breviário impresso, velho, em papel, coberto de couro preto. <i>Hum briviario de forma, velho, em papell, cuberto de coiro preto</i> - 1 peça. | Papel | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Dois livros velhos de canto de órgão, ambos cobertos de couro vermelho e ouro preto. <i>Dous livros velhos de camto dhorgom, ambos cubertos de coiro vermelho e ouro preto</i> - 2 peças. | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Doze cadernos de procissões pequenos e encadernados. <i>Doze cadernos de procissoes, pequenos, emcadernados</i> - 12 peças. | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um livro de canto de órgão em papel, coberto de couro vermelho. Hum livro em pappell de <i>camto dhorgam, cuberto de coiro vermelho</i> - 1 peça. | Papel | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |

¹⁵ Inventário transcrito em Freire, 1914. Para saber mais acerca deste inventário vide Dávila, 2019.

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|---|------------|--|------------------------|
| Um livro de salmos, apontado, de pergaminho, encadernado com couro vermelho e pregos de latão. <i>Hum livro samtal apomtado de purguaminho, emcadernado em coiro vermelho e pregos de latam</i> - 1 peça. | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um caderno de pergaminho, apontado, que contém as missas do ofício do anjo. <i>Hum caderno de purguaminho apomtado, em que estam certas misas doficio do amjo</i> - 1 peça. | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um caderno de canto de órgão da missa de Roma, em papel da marca grande. <i>Hum caderno de camto dhorgam de papel da marca gramde, da missa de Roma</i> - 1 peça. | Papel | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um livro grande, de marca maior (em papel), de canto de órgão, encadernado em pelo de carneiro. <i>Hum livro gramde de marca maior de camto dhorgam, emcadernado em pello de carneiro</i> - 1 peça. | Papel | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um livro grande de canto de órgão, coberto de couro preto. <i>Hum livro gramde de câto dhorgam, cuberto de coiro preto</i> - 1 peça. | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um livro de vésperas, em pergaminho apontado, coberto de couro que já havia sido branco. <i>Hum livro de besperas de purguaminho apomtado, cuberto de coiro que foy branco</i> - 1 peça. | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|---|------------|--|---|
| Um oficial de missas místico, apontado, de pergaminho, coberto de couro de veado. <i>Hum oficial de missas mistiquo apomtado de purguaminho, cuberto de coiro de beado - 1 peça.</i> | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um missal, em pergaminho, manuscrito e iluminado, com uma capa de veludo carmesim, adorada com prata. <i>Hum livro missaal em puarguaminha de letra de mão, enluminado, com funda de veluso crimsisym forrado de chamalote de desa çamguento, com borlas de retros roxo e verde, com tecidos e biqueiras e registo de prata, avaliado em dez myl reaes - 1 peça.</i> | Pergaminho | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Dois livros da <i>Vita Christi</i> . <i>Dous livros de Vita Christi, o primeiro e o segundo, em que estam todas as quatro partes, avaliado em sete mil reaes - 2 peças.</i> | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | A <i>Vita Christi</i> , o mais conhecido incunábulo português, de que a infanta tinha dois volumes, o primeiro e o segundo, em que estavam as quatro partes, e que tinha sido avaliado em sete mil reais, ou seja, 3.500 reais cada volume. Nesta obra, da autoria de Ludolfo de Saxónia, narra-se, tal como o título indica, a vida de Jesus Cristo (Nascimento, 2001). Esta impressão da <i>Vita Christi</i> , feita em 1495 por Valentim Fernandes e Nicolau de Saxónia, foi publicada em quatro volumes <i>in-folio</i> , em Lisboa, em 1495, por ordem e a expensas do rei D. João II e da rainha D. Leonor. É considerado o terceiro incunábulo português. É fácil supor que estes dois volumes tenham sido oferecidos pela rainha à sua mãe. A tradução seria, muito provavelmente, a que já circulava na corte portuguesa desde o reinado do rei D. Duarte. |

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|--|------------|--|---|
| 1 peça. Um livro da Contemplação de Nosso Senhor, por Frei João Boaventura, manuscrito. <i>E outro livro da Contemplaã de nosso Senhor feyto per sam Joham Boavemtura de letras de pena, avaliado em 150 reaes - 1 peça.</i> | | Mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Beja | |
| Um Geney Alfonse. <i>Hum livro de geney alfonse, avaliado em 400 reaes - 1 peça.</i> | Pergaminho | Mosteiro de Santo António de Beja | Obra que diversos autores identificam com a <i>General Estorea</i> de Afonso X, o Sábio. Contudo, o mais provável é que se trate da obra <i>Genesi Alfonse</i> , de Bernardo de Brihuega, clérigo próximo de Afonso X (Martins, 1982). Como é hábito na descrição dos livros da infanta D. Beatriz, não há qualquer indicação acerca do idioma, pelo que não sabemos se a obra que a infanta tinha era no castelhano original ou uma tradução portuguesa. Se estava completa, se era apenas uma das cinco partes. O que sabemos é que foi doada ao mosteiro de Santo António de Beja e que estava avaliada em 400 reais, pelo que não deveria ser iluminada nem ter uma encadernação luxuosa. |
| Um livro Vida Angélica. <i>E outro da Vida amgelica, em mil reaes - 1 peça.</i> | | Mosteiro de Santo António de Beja | |
| Um livro manuscrito e encadernado com couro roxo. <i>E outro de letra de pena, emcadernado e cuberto de coiro roxo, em trrezemtos reaes - 1 peça.</i> | | Mosteiro de Santo António de Beja | <i>Corte Imperial</i> , obra anónima dos finais do século XIV, em diálogo, escrita em português e que se integra na chamada literatura de controvérsia religiosa. Diversos estudos atribuem como fontes principais desta obra os autores Raimundo Lúlio e Nicolau de Lyra. |
| Um livro da <i>Corte Imperial</i> . <i>E outro Corte empereal, em quatrocentos reaes - 1 peça.</i> | | Mosteiro de Santo António de Beja | Consiste na teatralização de uma controvérsia religiosa na corte celeste, onde, diante do imperador celestial – Cristo, se discute com uma assembleia composta de gentios, judeus, cristãos e muçulmanos. Esta obra já fazia parte das obras “em linguagem” da livreria do rei D. Duarte, tio e sogro de D. Beatriz, pelo que era uma obra que circulava entre os membros da dinastia da de Avis. |

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|---|------------|-----------------------------------|--|
| Um Sacramental, impresso. <i>E outro Sacramental, de letra de forma, em 250 - 1 peça.</i> | Pergaminho | Mosteiro de Santo António de Beja | Obra de Clemente Sánchez de Vercial, que foi o primeiro livro impresso em língua portuguesa, com uma primeira edição em 1488, o que faz dele um dos incunábulos mais importantes da história da imprensa em Portugal. Todavia, como houve mais edições desta obra feitas durante o século XV, apenas com a descrição fornecida pelo inventário não é possível aferir que edição tinha a infanta D. Beatriz. Sabe-se apenas que era um livro de letra de forma, isto é, impresso, e que estava avaliado em 250 reais. |
| Um Catecismo, impresso em português. <i>E outro Catecismo, em forma portuguesa, com tavoas em cem reais- 1 peça.</i> | | Mosteiro de Santo António de Beja | |
| Um livro das <i>Penas do inferno e da glória final. E outro livro das Penas do inferno e da gloria final, em 250 - 1 peça.</i> | | Mosteiro de Santo António de Beja | |
| Um breviário de pergaminho, manuscrito, com tecido e brochas de prata, com as divisas da infanta D. Beatriz, com uma funda. <i>Hum Briviayro de purgaminho de letra de pena, com huns texidos e brochas de prata com divisas da lfamte, com funda de chamalote alionado, que foi avaliado em 12.000 reais - 1 peça.</i> | Pergaminho | | |
| Livro de rezar (livro de horas) iluminado, coberto com uma funda de chamalote verde, com brochas de para esmaltadas a ouro e uma cruz de Cristo no meio. <i>Outro livro de rezar iluminado, cuberto com huma fumda de chamalote verde, e brocha de prata esmaltada douro, com cruz de Christos no meao, avaliado em 4.000 reaes - 1 peça.</i> | | D. Manuel I | Poderá tratar-se de um exemplar da Biblioteca Pública de Évora que, por ter uma cruz da Ordem de Cristo na encadernação, se julgava, até agora, pertencer ao infante D. Henrique e que está a ser estudado pela historiadora de arte Delmira Espada Custódio. |

| Descrição | Material | Destino Final | Possível identificação |
|--|----------|-----------------------------------|---|
| <p>Um livro Diurnal, impresso, coberto de veludo preto, com doze chapas de ouro esmaltado.</p> <p><i>Hum livro Diornal, de forma, cuberto de veludo preto, com doze chapas douro esmaltado de roxo cree e pardo verde e bramco, que foy avaliado em quorenta cruzados metido em hum guardanapo com lavoires de seda nos cabos, e hum bolso de veludo preto forrado de çatim emcarnado, guarnecido douro e preto em que amda o dito livro - 1 peça.</i></p> | | D. Manuel I | |
| <p>Um breviário, manuscrito, iluminado e rico, com chapas e brochas de prata e ouro.</p> <p><i>Hum Brevyario, de letra pena, iluminado e rico, com chapas e brochas de prata e ouro postas em tecidos ricos, com huma fumda de chamalote azul, com toalha dolamda - 1 peça.</i></p> | | D. Manuel I | |
| <p>Um Flos Santorum. <i>E outro Flos Samtorum, em trezentos reaes - 1 peça</i></p> | | Mosteiro de Santo António de Beja | <p>O <i>Flos Sanctorum</i> era uma tradução portuguesa da <i>Legenda Áurea</i>, do dominicano Jacobus de Voragine (c. 1230-1298). Era um livro de hagiografia muito popular na cultura quatrocentista portuguesa. A sua edição impressa data de 1513, posterior à data da morte da infanta D. Beatriz, mas é precedida de uma vasta tradição manuscrita e é possível encontrar exemplares desta obra noutras bibliotecas da época, como a do Infante D. Fernando, tio de D. Beatriz (Nascimento, 1993).</p> |
| <p>Confessional, impresso, coberto de baldréu vermelho.</p> <p><i>E outro Confesional de costado, em forma, cuberto de baldreu vermelho, em 200 reaes - 1 peça</i></p> | | Mosteiro de Santo António de Beja | |